CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº201/86 - PROC. DRECAP-2 nº5657/84

INTERESSADA: SHEYLA CRISTINE FREITAS DE SOUZA

ASSUNTO : Equivalência de estudos realizados na Venezuela

RELATOR : Cons. SÍLVIA CARLOS DA SILVA PIMENTEL

PARECER CEE Nº0134/87 - CEPG - APROVADO EM 28/01/87

COMUNICADO AO PLENO EM 11/02/87

1 - HISTÓRICO:

A direção da Escola Islâmica Brasileira, atendendo solicitação da Supervisão da 7ª DE analisou, para fins da equivalência de estudos, documentos de SHEYLA CRISTINE FREITAS DE SOUZA e da análise constatou "a necessidade de convalidar (se) a 2ª série, cursada na escola EEPG "Prof. Oswaldo Aranha Bandeira de Mello", quando a aluna foi considerada retida".

Sheyla Cristine, nascida aos 06 de agosto de 1970, em São Paulo, após cursar dois anos em escolas do sistema brasileiro de ensino, mudou-se com sua família para a Venezuela, em 1981, onde procurou continuar estudando.

Sua vida escolar naquele país conforme documentação, apresentada em xerocópia, encontra-se confusa. Em resumo, sua escolaridade é a seguinte:

1979 - 1ª série - IG - EEPSPG "Maria José, São Paulo, Brasil - Promovida

1980 - 2ª série - IG - EEPG "Prof. Oswaldo Aranha Bandeira de Mello", São Paulo, Brasil - Retida.

1981/82 - 3º "grau" da Educação Primária - Escola Básica Vista Hermosa Bolivar, Venezuela - Promovida.

1982/85 - 4º "grau" de Educação Primária - Escola Básica Vista Hermosa Bolivar, Venezuela - Promovida.

1983/84 - 5º "grau" da Educação Primária - Escola Básica Vista Hermosa Bolivar, Venezuela - 1º semestre - Cursado

1984 - 6ª série - IG - Escola Islâmica Brasileira, São Paulo, Brasil - Promovida.

1985 - Transferida para Santos, São Paulo.

Apresentou documentos traduzidos da Venezuela que diferem entre si quanto à data de nascimento da interessada e série cursada, como se pode verificar em fls.12 do Processo DRECAP-2 nº5657/84.

Após as autoridades escolares da 7ª DE e da DRECAP-2 se manifestarem, os autos chegam à COGSP voltando à Divisão Regional para providências relativas a:

- apresentação de cópias legíveis dos documentos vindos do exterior para autenticação;

- esclarecimento quanto às discrepâncias contidas em fls. 9 e 12;

- informação sobre a declaração de equivalência efetuada pela Escola Islâmica Brasileira e;
- reexame do caso, tendo em vista o Parecer 14/85 (anexado pela COGSP).

A Escola Islâmica Brasileira, em resposta ao despacho da COGSP, informa que a aluna cursou a 6ª série do 1º grau em 1984, transferiu-se para Santos/SP e que em seu prontuário na escola constam os mesmos documentos (em cópia) que estão nos autos, estando os originais em poder da interessada, cujo endereço a escola não possui.

A Supervisão da 7ª DE informa, posteriormente, que a escola não efetuou o processo de equivalência dos estudos da aluna, visto sua retenção, na 2ª série do 1º grau, em escola brasileira.

A COGSP, diante das informações obtidas e da natureza do assunto, encaminha o presente a este Colegiado.

2. APRECIÇÃO:

Trata o presente de convalidação de estudos da 2ª série do 1º grau e de equivalência de estudos realizados por SHEYLA CRISTINE FREITAS DE SOUZA na Venezuela, de 1981 a 1983. A aluna foi matriculada no 3º "grau" na Escola Básica Vista Hermosa, na cidade de Bolivar, Venezuela, em agosto de 1981, início do ano escolar naquele país. Lá, também, cursou o 4º "grau", em 1982/1983 e 1 semestre do 5º "grau" (até fins de 1983). Voltando ao Brasil, matriculou-se na 6ª série da Escola Islâmica Brasileira, em 1984. A direção da Escola Islâmica pede a convalidação dos atos praticados por SHEYLA, tendo em vista sua retenção na 2ª série de 1º grau.

Este Colegiado já disciplinou a matéria, por intermédio da Del. CEE n° 12/83, que fixou normas para o reconhecimento de estudos feitos no exterior, em nível de 1º e 2º graus. É ponto pacífico que à escola recipiendária compete proceder à avaliação das possibilidades de adaptação à série na qual a aluna pretende matricular-se e reconhecer a equivalência dos estudos realizados, no prazo máximo de 30 dias (artigo 2º da citada Deliberação). O Parágrafo único desse artigo esclarece mais ainda: "O período letivo de estudos realizados no Exterior não poderá ser considerado equivalente ao período mais longo no sistema brasileiro de ensino, de modo a haver, nesse cômputo, equivalência de mês a mês, bimestre a bimestre, trimestre a trimestre, semestre a semestre e ano a ano".

A escola recipiendária deixou de cumprir a legislação educacional quando aceitou SHEYLA CRISTINE em seus bancos escolares sem declarar a equivalência de seus estudos realizados na Venezuela.

A aluna, na realidade, cursou uma série no Brasil, foi reprovada em outra, e duas séries e meia na Venezuela. Computando-se série por série (ou semestre por semestre) a aluna totalizou 4 anos e 1 semestre letivos de escolarização (ou 9 semestres). Não deveria, portanto, ter sido matriculada na 6ª série do 1º grau, na Escola Islã-

mica.

Temos como fatos consumados:

- Sheyla cursou a 6ª série, com êxito, sem que a equivalência de seus estudos tivesse sido declarada;
- atualmente, não se consegue localizar a aluna para checagem da documentação já apresentada ou apresentação de nova documentação que talvez nos desse maiores informações sobre o caso.

Inúmeros são os Pareceres deste Colegiado que deram, em caráter excepcional ou não, a equivalência de estudos a alunos com ausência de séries, obedecendo, é claro, às particularidades de cada caso. Temos também um Parecer que não trata especificamente de equivalência de estudos mas esclarece muito sobre escolas com início de ano letivo divergente do normalmente adotado. Trata-se do Parecer CEE n°1176/85 de Conselheiro Arthur Fonseca Filho, que assinala:

“Este processo trata do caso em que alunos deixaram escola que adota calendário prevendo ano letivo de janeiro a dezembro para ingressar em outra, que adota calendário com início previsto para agosto”.

Este Colegiado vem sistematicamente decidindo no sentido de que os alunos, depois de procedida a avaliação, podem ser matriculados no 2º semestre de determinada série, sem terem cursado o 1º.

Entendemos “não ser esta a conduta mais apropriada”.

O caso de Sheyla Cristine é similar. Os alunos citados no Parecer CEE n°1176/85 deixaram de cursar o 1º semestre de uma determinada série enquanto Sheyla deixou de cursar o 2º semestre do 5º grau, na Venezuela, matriculando-se diretamente na 6ª série do 1º grau no Brasil, acrescido o fato de não ter sido declarada sua equivalência de estudos.

Quanto ao fato de Sheyla ter sido retida na 2ª série e ter continuado seus estudos no 3º “grau” na Venezuela, seguindo a linha de pensamentos dos Conselheiros João Baptista Salles da Silva através do Parecer CEE n°319/79 o César Augusto Teixeira Carvalho, no Parecer CEE n°14/85, para casos semelhantes não nos cabe questionar a regularidade da matrícula, de SHEYLA nesse “grau”, uma vez que essa matrícula foi efetuada conforme as leis e normas educacionais daquele país.

Parece-nos que a solução para o caso, embora nos faltem alguns elementos, deva ser imediata. cremos que a aluna, provalvemente, já concluiu a 7ª série, em 1985, e deve estar concluindo a 8ª série no corrente ano letivo. Assim sendo e com o objetivo de não causar maiores prejuízos a aluna em termos de escolaridade, propomos que sigamos jurisprudência firmada para casos assemelhados.

3. CONCLUSÃO:

Convalida-se, em caráter excepcional, a matrícula de Sheyla

Cristina Freitas de Souza na 6ª série de 1º grau, na Escola Islâmica Brasileira, em 1984, em continuação aos estudos realizadas na Escola Básica Vista Hermosa, em Bolivar, Venezuela. Convalidam-se também os estudos realizados em decorrência dessa matrícula.

São Paulo, 25 de setembro de 1986.

Cons. SÍLVIA CARLOS DA SILVA PIMENTEL

RELATOR

4- DECISÃO DA CÂMARA:

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o voto do Relator.

Presentes os Nobres conselheiros: Anna Maria Quadros Brant de Carvalho, Cecília Vasconcellos Lacerda Guaraná, Celso de Rui Beisiegel, Luiz Antônio de Souza Amaral e Sílvia Carlos da Silva Pimentel.

Sala da Câmara do Ensino do primeiro Grau, em 28 de janeiro de 1987.

a) Consº. LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA AMARAL.
PRESIDENTE.